Caderno Publicações Digitais
Diário do Acionista, 21 de março de 2025.

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2025.03.21 08:50:05 -03'00'

GOIÁS TRANSMISSÃO S.A.

GOIÁS TRANSMISSÃO S/A

CNPJ: 11.708.279/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação da Assembleia de Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. A **GOIÁS Transmissão S.A.** reafirma seu compromisso com a excelência na implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão sob sua responsabilidade, bem como agradece a colaboração dos seus Acionistas, Membros do Conselho de Administração, Colaboradores, Fornecedores, Financiadores e Órgãos Reguladores e Governamentais. **Conselho de Administração: 1. HISTÓRICO:** A **Goiás Transmissão S.A.** ("Companhia"), constituída em 3 de fevereiro de 2010, é uma sociedade por ações de capital fechado, seus propósitos são específicos (SPE), atuando no setor de transmissão de energia elétrica é responsável pela construção, operação e manutenção das instalações sob sua concessão na Região Centro-Oeste do Brasil, no Estado de Goiás. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. O controle acionário da Companhia é exercido pela Gebbras Participações Ltda., controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% de participação, e pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, com 49%. A Eletrobras passou a deter essa participação após a incorporação de Furnas Centrais Elétricas S.A., antiga acionista da Companhia, que detinha 49% das ações. A operação de incorporação foi previamente aprovada pela ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 15.389, de 18 de junho de 2024. Em 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 002/2010 - ANEEL - Instalação de Transmissão de Rede Básica, com prazo de concessão de 30 anos. A conclusão da implantação e a operação comercial das instalações vinculadas ao seu contrato de concessão ocorreu em outubro de 2013.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.247	11.664
Concessionárias e permissionárias	6	10.452	9.616
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	76.830	73.773
Outros créditos		2.031	987
Total do ativo circulante		109.560	96.040
Ativo Não Circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	5	24.998	23.341
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	759.718	755.785
Depósitos judiciais		91	91
Imobilizado		544	611
Total do ativo não circulante		785.351	779.828
Total do ativo		894.911	875.868
Passivo	**Nota explicativa**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Passivo Circulante			
Fornecedores	9	808	1.052
Debêntures	10	48.424	32.626
Impostos correntes a pagar		1.023	934
Dividendos a pagar	8.b	18.218	13.324
Outras contas a pagar	11	7.039	6.035
Total do passivo circulante		75.512	53.971
Passivo Não Circulante			
Debêntures	10	252.547	280.038
Provisão para riscos	12	1.515	14
Dividendos a pagar	8.b	97.868	66.765
Tributos diferidos	13	96.104	84.112
Total do passivo não circulante		448.034	430.929
Patrimônio Líquido			
Capital social	14.a	174.095	174.095
Reserva de lucros	14.b	197.270	216.873
Total do patrimônio líquido		371.365	390.968
Total do patrimônio líquido e total do passivo		894.911	875.868

Demonstrações do Resultado Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)*

	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
Receita Líquida	15	91.437	135.311
Custo de Construção	16.a	-	(4.620)
Custos de Operação e Manutenção	16.b	(10.992)	(11.461)
Lucro Bruto		80.445	119.230
Despesas Gerais e Administrativas			
Remuneração do pessoal		(922)	(935)
Remuneração dos administradores	8.a	(939)	(976)
Serviços de terceiros		(828)	(852)
Outras receitas e despesas operacionais		(347)	(279)
Total das despesas gerais e administrativas	17	(3.036)	(3.042)
Lucro Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		77.409	116.188
Receitas financeiras	18	4.954	5.356
Despesas financeiras	18	(36.348)	(36.726)
Resultado Financeiro Líquido		(31.394)	(31.370)
Lucro Antes dos Impostos		46.015	84.818
Imposto de Renda e Contribuição Social	19	(15.621)	(28.716)
Lucro Líquido do Exercício		30.394	56.102
Resultado por ação - em reais	20	0	0

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro Líquido do Exercício	30.394	56.102
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	30.394	56.102

Demonstrações dos Fluxos De Caixa - Método Indireto Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		30.394	56.102
Ajustes ao lucro:			
PIS e COFINS diferidos		646	5.555
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	11.346	26.769
Juros, variação monetária e custo de transação sobre debêntures	10.a	35.702	36.082
Depreciação		74	66
Remuneração do ativo de contrato	7	(85.204)	(127.977)
Receita de construção	7	-	(4.795)
Provisão para riscos	12	1.501	-
(aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	78.214	72.721
Concessionárias e permissionárias		(836)	(844)
Outros créditos e outros ativos		(1.044)	(615)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(244)	(272)
Impostos correntes a pagar		3.257	1.266
Outras contas a pagar		1.004	3.271
Caixa gerado pelas atividades operacionais		74.810	67.329
Pagamento de debêntures - juros	10.a	(19.391)	(20.021)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.168)	(2.142)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		52.251	45.166
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Imobilizado		(7)	(133)
Aplicações financeiras	4/5	(1.657)	(277)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.664)	(410)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de debêntures		-	-
Pagamento de debêntures - Principal	10.a	(28.004)	(25.121)
Dividendos pagos	14.c	(14.000)	(21.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(42.004)	(46.121)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		8.583	(1.365)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	11.664	13.029
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	20.247	11.664
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		8.583	(1.365)

Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2024	31.12.2023
Receitas		
Receitas relativas à operação e manutenção	19.729	19.914
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	85.204	127.977
Receitas relativas à construção	-	4.795
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros referente à operação	(11.178)	(11.602)
Materiais, serviços de terceiros e outros referente à construção	-	(4.620)
Valor adicionado bruto	93.755	136.464
Depreciação e amortização	(74)	(66)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	93.681	136.398
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.954	5.356
Valor adicionado total a distribuir	98.635	141.754
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	2.393	2.397
Remunerações	852	806
Férias e 13º Salário	202	188
Encargos sociais (Exceto INSS)	82	78
Benefícios	318	349
Administradores	939	976
Impostos, taxas e contribuições	29.500	46.528
INSS (Sobre folha de pagamento)	280	264
ICMS	83	154
PIS/COFINS s/faturamento	9.707	13.759
Tributos sobre o lucro	15.621	28.716
Obrigações intrassetoriais	3.789	3.616
Outros	20	19
Remuneração de capitais de terceiros	36.348	36.727
Encargos de dívida e variação monetária	34.930	35.198
Outras	1.418	1.529
Remuneração de capitais próprios	30.394	56.102
Lucro retido do exercício	23.175	42.778
Dividendos	7.219	13.324
Valor adicionado distribuído	98.635	141.754

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico-financeiros	2024	2023
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	104.933	152.686
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	91.437	135.311
Resultado Financeiro (R$ mil)	(31.394)	(31.370)
Lucro Líquido do Exercício (R$ mil)	30.394	56.102
Ativo Total (R$ mil)	894.911	875.868
Dívida Bruta (R$ mil)	300.971	312.664
Dívida Líquida (R$ mil) (*)	255.726	277.659
Patrimônio Líquido (R$ mil)	371.365	390.968

* Dívida Líquida de Disponibilidades e Aplicações Financeiras

3. ENDIVIDAMENTO	Taxa anual de juros	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures – 1ª emissão	IPCA + 6,0548% a.a.	300.971	312.664
Circulante		48.424	32.626
Não circulante		252.547	280.038

4. CAPITAL SOCIAL: O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024, é de R$ 174.095.200,00 (cento e setenta e quatro milhões, noventa e cinco mil e duzentos reais), representado por 315.195.200 ações ordinárias, sem valor nominal. **5. AUDITORES INDEPENDENTES:** Nos termos da Instrução CVM nº. 308/99, destacamos que a Companhia mantém contrato de auditoria externa com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis para atendimento às exigências regulatórias da ANEEL. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	De	Até
Victor Hugo Góes Ricco	01/01/2024	09/06/2024
Rebecca Oliveira Xavier Santos	10/06/2024	31/12/2024
Vice-Presidente		
Fernando Augusto Rojas Pinto	01/01/2024	31/12/2024
Conselheiros Titulares		
Victor Hugo Góes Ricco	01/01/2024	09/06/2024
Flávio Cesar Guimarães Ávila	01/01/2024	09/06/2024
Rebecca Oliveira Xavier Santos	10/06/2024	31/12/2024
Alan da Rocha Mattos	10/06/2024	31/12/2024
Fernando Augusto Rojas Pinto	01/01/2024	31/12/2024
Diego Alejandro Forero Beltrán	01/01/2024	31/12/2024
Conselheiros Suplentes		
Miguel Angel Rojas Torres	01/01/2024	31/12/2024
Juan Jacobo Rodríguez Gaviria	26/04/2024	31/12/2024
Marcelo Rezende de Magalhães Gomes	10/06/2024	31/12/2024
Gustavo Loureiro Chagas	10/06/2024	31/12/2024
DIRETORIA		
Diretor Administrativo Financeiro	**De**	**Até**
Gersino Saragosa Guerra	01/01/2024	31/12/2024
Diretor Técnico	**De**	**Até**
Antônio Costa e Costa	01/01/2024	31/12/2024

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	Capital social	Reservas: Reserva legal	Reservas: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		174.095	29.360	192.128	-	395.583
Lucro líquido do exercício		-	-	-	56.102	56.102
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		-	2.805	-	(2.805)	-
Dividendos mínimos obrigatórios por ação		-	-	-	(13.324)	(13.324)
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	39.973	(39.973)	-
Constituição dividendos adicionais	14.c	-	-	(47.393)	-	(47.393)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14	174.095	32.165	184.708	-	390.968
Lucro líquido do exercício		-	-	-	30.394	30.394
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		-	1.520	-	(1.520)	-
Dividendos mínimos obrigatórios por ação		-	-	-	(7.219)	(7.219)
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	21.655	(21.655)	-
Constituição dividendos adicionais	14.b	-	-	(42.778)	-	(42.778)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	14	174.095	33.685	163.585	-	371.365

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma):* 1 Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A Goiás Transmissão S.A. ("GOIÁS" ou "Companhia"), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo Consórcio Goiás Transmissão, atualmente formado por Gebbras Participações Ltda, controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% e pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, com 49%, vencedor do Lote A do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 002/2010 - ANEEL. Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica localizadas no Estado de Goiás. **1.2 Da concessão:** No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 002/2010 - ANEEL - Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão: **(i)** LT 500 kV, CD SE Rio Verde Norte - SE Trindade com 187 km; **(ii)** LT 230 kV CD SE Trindade - SE Xavantes com 37 km; **(iii)** LT 230 kV CS SE Trindade - SE Carajás com 30 km; **(iv)** Subestação Trindade em 500/230 kV e **(v)** Entradas de linha, interligação de barras, reatores de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações acima entraram em operação comercial em outubro de 2013. A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial. Conforme a Resolução Homologatória nº 3.348/2024, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo tarifário julho/2024 a junho/2025, é de R$101.132 (R$97.757 ciclo julho/2023 a junho/2024), incluindo as contribuições reembolsáveis (PIS e COFINS). Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) considerando o número índice do mês de maio, nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à Revisão Tarifária Periódica - RTP da RAP, nos termos da cláusula sétima do Contrato de Concessão, em intervalos de cinco anos durante o período de concessão, no 5º, 10º e 15º ano, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão onde será revisado o custo de capital de terceiros, sendo que a revisão tarifária periódica do 15º ano ocorrerá em julho de 2026. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade da Companhia, que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida. A Aneel por meio da Resolução Autorizativa nº. 9.997/2021, outorgou o reforço para a instalação do 1º reator de barra 500 kV da SE Trindade. A construção da ampliação teve início em janeiro de 2022 e as instalações entraram em operação comercial em abril de 2023. Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: Reserva Global de Reversão (RGR) - Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional. Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pela ANEEL no percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. A transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto do Contrato de Concessão, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração estima que o valor histórico de indenização é de R$ 139.520, valor este correspondente a estimativa de valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais. A reversão dos bens da concessão ao Poder Concedente ocorrerá após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os artigos 6 e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **2 Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de dezembro de 2024, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando. **2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 31 de janeiro de 2025. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: ***(i) Contabilização de contratos de concessão:*** Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. ***(ii) Reconhecimento do ativo de contrato:*** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada, vide nota explicativa nº 1.2. ***(iii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato:*** A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Mensalmente, com base na inflação medida pelo IPCA e quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. A taxa implícita utilizada pela Companhia é de 6,59% a.a. para a implantação do projeto e de 5,85% a.a. para a ampliação. **3 Principais práticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras: **a. Receita operacional:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: • Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada por meio de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado pelo regime de competência. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. • Receita de remuneração ativo de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. • Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **b. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(i) Ativos financeiros:*** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado. *Custo amortizado:* São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (redução ao valor recuperável de ativos). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Caixa e bancos", "Contas a receber (ativo de contrato)", "Concessionárias e permissionárias" e "Outros créditos". *Valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendia a conta: "Aplicações financeiras". ***(ii) Passivos financeiros:*** Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2024, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam "Outras contas a pagar", "Fornecedores", "Debêntures" e "Dividendos". **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. **d. Concessionárias e permissionárias:** Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão da Rede Básica (RBL). **e. Ativo de contrato:** A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. **f. Despesas antecipadas:** Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices. **g. Demais ativos circulante e não circulante:** São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas. **h. Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente. **i. Impostos e contribuições:** O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro tributável anual. O IRPJ e a CSLL diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais. **j. Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment'):** A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. **k. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). **l. Resultado por ação:** O resultado por ação, é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia. **m. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC"):** A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros. **n. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme a ***International Financial Reporting Standards - IFRS*** (Normas Internacionais de Relatório Financeiro). A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluin-

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2025.03.21 08:50:27 -03'00'

GOIÁS TRANSMISSÃO S/A

CNPJ: 11.708.279/0001-89

do os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3.1 Normas e interpretações novas e revisadas: Novas normas aplicadas a partir de 01/01/2024:** No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com *Covenants*	
Alterações ao CPC 06/ IFRS 16	Contabilização de *leaseback*	01/01/2024
Alterações ao CPC 40/ IAS 7 / IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/2024

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações destas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras.	01/01/2027

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Caixa	5	5
Bancos	3	732
Aplicações financeiras	20.239	10.927
Total	**20.247**	**11.664**

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2024	31/12/2023
Banco Itaú – CDB-DI	CDB	97% CDI	435	10.927
Banco Itaú – Fundos Highgrade	Fundos	107,78% CDI	7.954	-
Banco Itaú – Fundos RF DI	Fundos	101,22% CDI	11.850	-
Total			**20.239**	**10.927**

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa nº 21. **5 Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito):** Refere-se a aplicação restrita para garantia dos contratos de debêntures, conforme previsão contratual. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2024	31/12/2023
Banco Itaú	TOP DI FIC	104,24% CDI	24.998	23.341
Total			**24.998**	**23.341**

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa nº 21.

6 Concessionárias e permissionárias: Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias e permissionárias	10.452	9.616
Total	**10.452**	**9.616**

7 Contas a receber (Ativo de contrato)

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2022	Remuneração pela construção do ativo de contrato	Atualização/ remuneração do ativo de contrato	Realização do ativo de contrato	Saldo ativo de contrato em 31/12/2023
		(+)	(+)	(-)	
Ativo de contrato	**769.507**	**4.795**	**127.977**	**(72.721)**	**829.558**
Circulante	65.181				73.773
Não circulante	704.326				755.785

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2023	Remuneração pela construção do de ativo contrato	Atualização/ remuneração do ativo de contrato	Realização do ativo de contrato	Saldo ativo de contrato em 31/12/2024
		(+)	(+)	(-)	
Ativo de contrato	**829.558**	**-**	**85.204**	**(78.214)**	**836.548**
Circulante	73.773				76.830
Não circulante	755.785				759.718

O ativo de contrato refere-se à prestação de serviços de construção, operação e manutenção das instalações de transmissão e está classificado como custo amortizado.

8 Transações com partes relacionadas A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, seus diretores, seus conselheiros e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos reportados e seus efeitos estão descritos a seguir: **a. Remuneração dos administradores:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a remuneração dos administradores, totalizou R$939 (R$976 em 2023), sendo registrada como despesas gerais e administrativas.

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração	(702)	(768)
Encargos e benefícios	(237)	(208)
Total	**(939)**	**(976)**

b. Dividendos a pagar	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Gebbras Participações Ltda	59.204	40.845
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	56.882	39.244
Total	**116.086**	**80.089**
Circulante	18.218	13.324
Não circulante	97.868	66.765

9 Fornecedores	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Weg Equipamentos Elétricos S.A.	576	-
Buriti Segurança Especializada S.A.	56	42
CEL Engenharia Ltda	28	681
H.F. Teixeira Eireli	12	12
DC Engenharia Eireli	-	64
Outros	136	253
Total	**808**	**1.052**

10 Debêntures: A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples em 05 de julho de 2021, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R$325.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último em 15 de junho de 2033. **a. Composição**

	Taxa anual de juros	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures – 1ª emissão	**IPCA + 6,0548% a.a.**	**300.971**	**312.664**
Circulante		48.424	32.626
Não circulante		252.547	280.038

Segregação por ano de vencimento:

	2025	2026	2027	Demais anos	Total
Debêntures – 1ª Emissão	48.424	50.817	52.452	149.278	**300.971**

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**321.724**
Provisão de juros	20.417
Variação monetária	14.781
Apropriação custos de transação	884
(-) Amortização de principal	(25.121)
(-) Pagamento de juros	(20.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**312.664**
Provisão de juros	21.076
Variação monetária	13.742
Apropriação custos de transação	884
(-) Amortização de principal	(28.004)
(-) Pagamento de juros	(19.391)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**300.971**

b. Garantias: A Companhia, por meio do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças", cedeu e transferiu fiduciariamente, em garantia aos Debenturistas, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, emergentes do Contrato de Concessão nº 002/2010–ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 2010-012-03 GOIÁS TRA: CCO-2010-002 firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico–ONS. As intervenientes Gebbras e Eletrobras alienaram e transferiram fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados pelo agente fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade. **c. Covenants:** A escritura de debêntures contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento, a manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, a distribuição de dividendos, a cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos debenturistas. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos debenturistas, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. A escritura ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e ambientais. De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias. Caso o ICSD mínimo fique no intervalo de 1,10 (um inteiro e dez centésimos), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusive, a Companhia poderá curar o inadimplemento mediante depósito em conta vinculada, do valor necessário ao atingimento do ICSD mínimo, o qual deverá ser efetuado anteriormente à apresentação do cálculo anual do ICSD mínimo, de forma que sejam considerados em seu cálculo os valores depositados na conta de complementação do ICSD. A Companhia possui controles de acompanhamento e apuração anual dos covenants nas demonstrações contábeis regulatórias, e não foram identificados descumprimentos de *covenants* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

11 Outras contas a pagar	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	1.362	1.009
Reserva global de reversão – RGR	216	505
Taxa de fiscalização – TFSEE	1.039	979
Antecipação aviso de crédito de clientes	3.898	3.163
Outros	524	379
Total	**7.039**	**6.035**

12 Provisão para riscos: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia provisionou o montante de R$ 1.515 (R$ 14 em 2023) referente à processos com prognóstico de perda provável, que são compostos por processos de indenização por instituição de servidão de passagem. A Companhia também possui processos com prognóstico de perda possível no montante de R$ 43.717 (R$ 22.876 em 2023), composto por, (i) um mandado de segurança para afastar a eventual exigência por parte da Receita Federal da apuração do lucro presumido aplicando-se os percentuais do caput dos artigos 15 e 20 da Lei nº 9.249/95 no montante de R$ 28.450 (valor atualizado e com multa); (ii) um processo de ação anulatória de auto de infração referente a ICMS DIFAL no montante de R$ 11.523 (valor atualizado); (iii) defesa administrativa referente descumprimento de condicionantes de licença ambiental no montante de R$ 1.045; e (iv) processos de indenização por instituição de servidão de passagem no montante de R$ 2.699. Por se tratar de processos com prognóstico de perda possível, nenhuma provisão contábil foi efetuada.

13 Tributos diferidos	**31/12/2024**	**31/12/2023**
PIS diferido	6.108	5.993
COFINS diferido	28.180	27.649
IRPJ diferido	43.416	35.073
CSLL diferido	18.400	15.397
Total	**96.104**	**84.112**

14 Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R$ 174.095, representado por 315.195.200 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2024			31/12/2023		
Acionistas	**Quantidade de ações ordinárias**	**% do capital**	**Valor**	**Quantidade de ações ordinárias**	**% do capital**	**Valor**
Gebbras Participações Ltda	160.749.552	51	88.788	160.749.552	51	88.788
Centrais Elétricas S.A. – Eletrobras	154.445.648	49	85.307	154.445.648	49	85.307
Total	**315.195.200**	**100**	**174.095**	**315.195.200**	**100**	**174.095**

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de junho de 2024, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras homologou a implementação da Incorporação nos termos do Protocolo e Justificação e conforme aprovada na AGE de Incorporação, definindo a data de 01 de julho de 2024 para a eficácia da incorporação de Furnas à Eletrobras. **b. Reservas de lucros:** As reservas de lucros são compostas por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e é limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definição do estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO). Foi aprovado na 15ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2024, a constituição de dividendos adicionais no valor de R$ 42.778, a ser descontado da reserva de lucros em observância do artigo 199 da Lei nº. 6.404/76, que estabelece que o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	30.394	56.102
Reserva legal (5%)	(1.520)	(2.805)
Lucro líquido do exercício ajustado	**28.874**	**53.297**
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	7.219	13.324
Reserva de retenção de lucros	21.655	39.973

A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir:

Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2023	**216.873**
Constituição reserva de lucros	23.175
Constituição de dividendos adicionais	(42.778)
Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2024	**197.270**

Em 31 de dezembro de 2024, as reservas de lucros de R$ 197.270 ultrapassam em R$ 23.175 o capital social da Companhia que é de R$ 174.095. Em observância ao artigo 199 da Lei n°. 6.404/1976, a destinação das referidas reservas será definida na Assembleia de Acionistas, podendo ser constituído dividendos adicionais para distribuição aos Acionistas, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia ou destinado ao aumento do capital social. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado e a Administração entende que este excesso de reservas de lucro não causa impacto negativo a terceiros, uma vez que a Companhia não possui acionistas minoritários. **c. Dividendos:** Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. A expectativa da Companhia é que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja distribuída, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou o pagamento de R$14.000, referente a dividendos de exercícios anteriores. A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2023	**80.089**
Pagamento de dividendos	(14.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	7.219
Dividendos adicionais	42.778
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2024	**116.086**
Circulante	**18.218**
Não circulante	**97.868**

15 Receita líquida	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Receita de remuneração ativo de contrato	85.204	127.977
Receita de construção	-	4.795
Receita de operação	19.729	19.914
Receita bruta	**104.933**	**152.686**
(-) PIS e COFINS	(9.707)	(13.759)
(-) Encargos regulatórios	(3.789)	(3.616)
Receita líquida	**91.437**	**135.311**

A correção da receita em 2024 foi de 3,94%, menor em comparação com 2023 impactando diretamente na correção do fluxo futuro do ativo de contrato e resultando em uma receita menor quando comparada com 2023. **16 Custos: a. Custos de construção:** Referem-se a implantação de reforços em instalações de transmissão de sua responsabilidade, referente a instalação do 1º reator de barra 500 kV da SE Trindade. Os custos representam essencialmente os valores pagos às empresas contratadas para a construção da ampliação. As instalações entraram em operação comercial em abril de 2023, desta forma não irão mais gerar custos de construção.

b. Custos de operação e manutenção	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Pessoal	(812)	(750)
Material	(861)	(784)
Serviços de terceiros	(6.812)	(7.457)
Arrendamentos e aluguéis	(24)	(35)
Seguros	(507)	(510)
Outros custos de operação e manutenção	(1.976)	(1.925)
Total	**(10.992)**	**(11.461)**

17 Despesas gerais e administrativas	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Pessoal	(922)	(935)
Administradores	(939)	(976)
Material	(9)	(8)
Serviços de terceiros	(828)	(852)
Arrendamentos e aluguéis	(73)	-
Seguros	(14)	(18)
Tributos	(5)	(4)
Depreciação	(74)	(66)
Outras despesas e receitas operacionais	(172)	(183)
Total	**(3.036)**	**(3.042)**

18 Resultado financeiro	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	5.135	5.583
Outras receitas financeiras	60	35
PIS/COFINS s/receitas financeiras	(241)	(262)
	4.954	**5.356**
Despesas financeiras		
Juros s/ debêntures	(21.076)	(20.417)
Atualizações monetárias	(13.854)	(14.901)
Outras despesas financeiras	(1.418)	(1.408)
	(36.348)	**(36.726)**
Total do resultado financeiro	**(31.394)**	**(31.370)**

19 Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da alíquota efetiva	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	46.015	84.819
Alíquota nominal	34,00%	34,00%
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	(15.645)	(28.838)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro	24	122
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	**(11.346)**	**(26.769)**
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	**(4.275)**	**(1.947)**
Alíquota efetiva	33,95%	33,86%
Total de IRPJ e CSLL	**(15.621)**	**(28.716)**

20 Resultado por ação	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Lucro líquido do exercício	30.394	56.102
Quantidade de ações ordinárias (em milhares)	315.195	315.195
Resultado por ação ordinária (em Reais)	**0,0964**	**0,1780**

21 Instrumentos financeiros: a. Classificação dos instrumentos financeiros

			31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros	**Classificação de acordo com o CPC 48**	**Nível**	**Valor contábil / Valor justo**	**Valor contábil / Valor justo**
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado/ Valor justo por meio do resultado	1	20.247	11.664
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	1	24.998	23.341
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado		10.452	9.616
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado		836.548	829.558
Outros créditos	Custo amortizado		2.031	987
			894.276	**875.166**
Passivos financeiros				
Debêntures	Custo amortizado		300.971	312.664
Fornecedores	Custo amortizado		808	1.052
Dividendos a pagar	Custo amortizado		116.086	80.089
Outras contas a pagar	Custo amortizado		7.039	6.035
			424.904	**399.840**

b. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários, registrados ao valor justo por meio de resultado e custo amortizado, são classificados como nível 1. Para determinação do valor, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. Hierarquia do valor justo: Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir: Nível 1–Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. Nível 2–Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3–Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **c. Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. ***(i) Risco de crédito:*** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, está não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico–ONS. ***(ii) Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade. O quadro a seguir demonstra análise dos vencimentos para os principais passivos financeiros, incluindo a projeção de correção monetária e juros futuros em 31 de dezembro de 2024.

	Total	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Mais de 2 anos
Fornecedores	808	808	-	-
Debêntures	325.640	52.853	107.466	165.321

(iii) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado–tais como as taxas de juros e os preços de ações–irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. *Riscos relacionados às aplicações financeiras:* A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Fundos de Investimentos de Renda Fixa e Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco. *Riscos relacionados à taxa de juros:* Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros. **d. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas de juros prefixadas e atreladas à variação do CDI e do IPCA. Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (debêntures e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2024, averiguando-se o impacto nas receitas e despesas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e IPCA. O Cenário I corresponde às taxas de juros divulgadas pelo Banco Central do Brasil–Bacen, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco. Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário I provável	Cenário II Queda de 25%	Cenário III Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		10,89%	8,17%	5,45%
Aplicações financeiras		45.237	4.926	3.695	2.463
Impacto no resultado			-	(1.231)	(2.463)

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário I provável	Cenário II Aumento de 25%	Cenário III Aumento de 50%
IPCA (%)	Aumento do IPCA		4,99%	6,24%	7,49%
Debêntures		300.971	15.018	18.773	22.528
Impacto no resultado			-	(3.755)	(7.509)

22 Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores / Seguro D&O (*)	24.750	01/03/2024 a 01/03/2025
Risco operacional	105.353	30/04/2024 a 07/09/2025
Responsabilidade civil geral	15.000	30/04/2024 a 07/09/2025

(*) Apólice unificada com outras Companhias do Grupo. **23 Questões ambientais:** As condicionantes definidas na Licença de Operação–LO expedida pela Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA, do Estado de Goiás, estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2025.
Gersino Saragosa Guerra - Diretor Administrativo-Financeiro
Antônio Costa e Costa - Diretor Técnico
Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S
Leandro Borges JordãoContador CRC GO-001605/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Goiás Transmissão S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Goiás Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goiás Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Ativo de concessão - Mensuração:* Conforme divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, a concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo de concessão contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos envolvidos e o alto grau de julgamento e complexidade, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance. *Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementaçãodas atividades de controles internos da Companhia relacionados à mensuração do ativo de contrato de concessão; (ii) discussão das premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato de concessão com a Administração da Companhia; (iii) obtenção das planilhas de mensuração, preparadas pela Companhia, para confronto com os registros efetuados no sistema contábil com a adequada mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão; (iv) recálculo do ativo de contrato de concessão; (v) leitura e análise dos contratos de concessão; (vi) análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requerimentos do pronunciamento técnico IFRS 15/CPC 47; e (vii) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão, realizada pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2025.03.21 08:50:47 -03'00'

GOIÁS TRANSMISSÃO S/A

CNPJ: 11.708.279/0001-89

controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2025. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ; Diego Wailer da Silva - Contador - CRC nº 1 RS 074562/O-3